

Mensagem do Presidente

Quando no futuro falarmos de 2001, todos lembrarão de um ano marcado pelos atos terroristas, guerras e dificuldades financeiras mundiais. Os brasileiros, em especial, terão mais uma desagradável lembrança: o racionamento. Quando no futuro falarmos de 2001, todos lembrarão de um ano marcado pelos atos terroristas, guerras e dificuldades financeiras mundiais. de energia elétrica, que privou o país não somente do conforto da vida moderna, como também reduziu o seu crescimento econômico. Afetado diretamente, o setor elétrico viu todas as suas projeções e metas de crescimento caírem por terra. Particularmente, o Sistema Cataguazes-Leopoldina registrou uma redução de 7,9% em vendas de energia nos seus mercados próprios, culminando num resultado consolidado negativo de R\$ 736 mil no exercício.

Mas se não foi possível concretizar as nossas expectativas, pois para cooperar com o Governo Federal e cumprir as metas do plano de racionamento tivemos que redimensionar os investimentos da empresa, em nenhum momento esmorecemos. Contando com a confiança de acionistas, credores, investidores e a colaboração dos funcionários do Sistema Cataguazes-Leopoldina demos prosseguimento ao trabalho e a despeito de todas as dificuldades registramos importantes conquistas.

Antes é preciso destacar que em 2001, completamos 5 anos do redirecionamento estratégico por que passou a Companhia, concentrando seus investimentos no setor elétrico. Durante esse período, saímos do contexto de atuação regional em Minas Gerais para a esfera nacional, adquirindo quatro distribuidoras – a CENF no Sudeste e a Energipe, CELB e Saelpa na região Nordeste - e desenvolvendo projetos de geração própria de energia elétrica e de serviços correlacionados. Desde que a Companhia redefiniu seu plano estratégico, o crescimento da base de consumidores foi de quase 8 vezes e os ativos consolidados da Cataguazes-Leopoldina atingiram R\$ 2,6 bilhões, um crescimento de 13 vezes em relação a base existente em 1996. Por sua vez, a geração anual de caixa (EBITDA) saltou de R\$ 18 milhões para R\$ 189 milhões nesse quinquênio, ou seja, uma evolução de 10 vezes. Na área de geração de energia, a expansão da produção própria foi de 9 vezes.

Entre as conquistas desse ano, cabe ressaltar a continuidade da parceria com a Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda (Alliant), que decidiu investir até 49,9% do capital da Pbp SE 1, empresa constituída para proceder a compra da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (Saelpa), cujo controle foi adquirido em novembro de 2000. Nessa participação estavam previstos aportes de capital por parte da Alliant, no montante equivalente a R\$ 210 milhões, que foram efetivados em duas etapas, sendo a última no final de janeiro de 2002, no montante de R\$ 92 milhões.

Mantendo a estratégia de aumentar a geração própria de energia elétrica, em março de 2001, a subsidiária Cat-Leo Energia contratou os principais equipamentos para a construção de 5 PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas, com potência total de 100 MW. No mês seguinte, surpreendemos o mercado, batendo o recorde de colocar em operação a PCH Benjamim Mário Baptista, três dias antes de completar 12 meses de construção.

Convictos de nosso papel na sociedade, procuramos continuar crescendo apesar das adversidades. Em junho, a Cataguazes-Leopoldina participou de licitação promovida pela Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica e adquiriu a concessão para construção e exploração da Usina Hidrelétrica Baú I, em Minas Gerais, de 110 MW, que deverá ser construída num prazo de 5 anos.

Cumprindo com prazo recorde de construção de apenas seis meses, a Usina Termelétrica de Juiz de Fora, uma sociedade entre a Alliant e a Cat-Leo Energia, iniciou, em 25 de novembro, suas atividades comerciais com sua primeira máquina de 42 MW, encerrando o ano com 84 MW de potência.

Merece também destacar que a Cataguazes-Leopoldina é a primeira empresa brasileira a participar oficialmente da criação do Chicago Climate Exchange (CCX), nome dado a 1ª Bolsa Mundial de Comercialização de Certificados de Retenção de CO₂. O CCX está inserido no processo de elaboração das regras internacionais que visam reduzir a emissão de gases poluidores e comercializar créditos relativos a projetos com essa finalidade.

E por último, vale ressaltar, o reconhecimento público do trabalho realizado, do esforço feito pela Cataguazes-Leopoldina e suas controladas para manter os mesmos padrões de qualidade e excelência no atendimento aos consumidores nos quatro estados onde atua. Na pesquisa de satisfação dos clientes, realizada anualmente pela Aneel, em 2001 a CFLCL, repetindo a excelente colocação do ano anterior, ocupou o 2º lugar na região Sudeste e 4º lugar na avaliação em nível nacional. Também pelo terceiro ano consecutivo, a Energipe recebeu o prêmio de Melhor Empresa da Região Nordeste, concedido pela Revista Eletricidade Moderna e ficou em segundo lugar entre as finalistas das três melhores do Nordeste, segundo a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee).

Todas essas conquistas nos animam a prosseguir, independente das perdas sofridas em 2001. Esperamos que em 2002 o Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico, criado pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, consiga aperfeiçoar e corrigir as disfuncionalidades da atual estrutura do setor, com regras claras e duradouras na questão regulatória da indústria de energia elétrica no Brasil, harmonizando assim os interesses do mercado consumidor de energia elétrica e o retorno dos investidores.

Cataguases, março de 2002

Ivan Müller Botelho
Presidente do Conselho de Administração

Relatório da Administração

A seguir, submetemos a sua apreciação os fatos e eventos marcantes de 2001, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes.

1 - A administração da empresa e a conjuntura nacional

O ano de 2001 foi marcado pelo racionamento, determinado em face da impossibilidade de geração e transmissão de energia elétrica para atender plenamente às demandas do mercado, o que exigiu das empresas distribuidoras um extraordinário esforço de ajustamento e adequação dos seus programas e orçamentos para enfrentar essa adversidade. A Cataguazes-Leopoldina (CFLCL) e suas controladas, CENF, Energipe, CELB e Saelpa, constituíram equipes interdepartamentais para coordenar a implementação do disposto nas Resoluções da GCE- Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, criada pelo Governo Federal, para analisar as solicitações dos clientes, bem como atender à fiscalização e acompanhamento da Agência Nacional de Energia Elétrica. Programas de treinamento para atendentes foram desenvolvidos, novos sistemas computacionais, criação de uma Bolsa de Energia na Internet para os clientes transacionarem suas cotas de energia, rotinas de trabalho e ampliações do call center se fizeram necessários, bem como a mobilização da opinião pública, em parceria com diversos órgãos e entidades, visando a consecução plena das metas estabelecidas. Terminado o racionamento, no final do primeiro bimestre de 2002, as empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina retornam a plenitude das suas operações, com programas de operação e investimentos devidamente adaptados, na expectativa de uma retomada do nível de atividade dos seus clientes industriais e comerciais, o que já se faz notar com uma reação de consumo de energia elétrica de diversos segmentos do setor produtivo, e, também, um gradual retorno à normalidade de vida e conforto do cidadão/cliente.

2 – Impactos do racionamento de energia elétrica

2.1 - No mercado de energia elétrica - Nos doze meses do exercício de 2001, o consumo médio consolidado de energia elétrica nos mercados das distribuidoras do Sistema Cataguazes-Leopoldina reduziu-se em 7,9 %, em relação a 2000, conforme quadro seguinte:

Variação % das Vendas Físicas de Energia Elétrica ao Mercado Próprio

Empresas	Janeiro a Maio	Junho a Dezembro	Ano 2001
CFLCL	+ 6,3	- 20,2	- 9,4
CENF	+ 1,1	- 27,5	- 15,8
Energipe	+ 3,6	- 14,8	- 7,1
CELB	+ 7,3	- 23,1	- 10,9
Saelpa	+ 5,2	- 13,8	- 5,9
Consolidando as 5 empresas	+ 4,8	- 16,9	- 7,9

Com esses desempenhos, o volume consolidado de vendas nos mercados próprios das empresas supracitadas foi de 5.242 GWh, em 2001. Considerando que a Saelpa foi adquirida em novembro de 2000 e que naquele exercício as vendas consolidadas da Cataguazes-Leopoldina (CFLCL) somente refletiram as receitas do mês de dezembro da Saelpa, esse volume comercializado de energia elétrica representa um aumento de 37,5 %, quando comparado ao resultado consolidado de 2000.

2.2 – Nas receitas operacionais e na geração de caixa (EBITDA) - Recentemente foi firmado acordo entre o Governo Federal e as empresas de geração e distribuição de energia elétrica, no qual foi constituído e reconhecido no exercício de 2001 uma recomposição tarifária extraordinária, que visa compensar as perdas de receitas provenientes do racionamento. Para efeitos dessa compensação, no final de dezembro de 2001, o Governo autorizou reajustes nas tarifas de energia elétrica, à razão de 2,9% para os consumidores da classe residencial e rural e de 7,9% para os consumidores da classe comercial, industrial e do setor público, de forma a amortizar esse ativo. Com isso, a CFLCL registrou uma receita operacional bruta consolidada de R\$ 1.062.590 mil, que incluem R\$ 168.738 mil referentes à constituição desse ativo. Essa receita consolidada representa um acréscimo de 96,6 % em relação ao resultado de 2000.

Por sua vez, a geração de caixa consolidada, medida pelo EBITDA, foi 62,7 % maior em relação a de 2000, totalizando R\$ 188.906 mil (R\$ 1,49 por mil ações). Entretanto a margem consolidada de EBITDA reduziu-se em 5,7 pontos percentuais em relação a do exercício anterior, atingindo 21,7 %.

3. Investimentos

Em 2001, a CFLCL e suas controladas Cat-Leo Energia, Usina Termelétrica de Juiz de Fora, CENF, Energipe, CELB e Saelpa investiram R\$ 248.695 mil em programas de melhoria dos seus sistemas elétricos:

Investimentos realizados

Valores em R\$ mil	CFLCL (*)	CENF	Energipe	CELB	Saelpa	Total
. Geração	131.703	543	92	-	-	132.338
. Transmissão e Distribuição	21.859	4.434	25.748	4.581	28.941	85.563
. Outros	5.430	664	7.735	1.166	15.799	30.794
Total	158.992	5.641	33.575	5.747	44.740	248.695

(*) Incluem investimentos em geração e transmissão da CAT-LEO Energia S/A (R\$28.443 mil) e da Usina Termelétrica de Juiz de Fora (R\$107.717 mil).

Dos investimentos, destacam-se:

- Conclusão da primeira fase da Usina Termelétrica de Juiz de Fora (84 MW), tendo sido investidos R\$ 107 milhões;
- Contratação dos principais equipamentos para construção de 5 PCHs, com potência total de 100 MW, pelo montante de R\$ 26,6 milhões. Essas usinas deverão estar concluídas em meados de 2003;
- Conclusão da PCH Benjamim Mário Baptista (9,5 MW), com investimento de R\$ 13 milhões;
- Construção de 98 Km de linhas de transmissão, com destaque para a LT UTE de Juiz de Fora / subestação da Usina Guary, em 138 kV, com 25 Km de extensão, de propriedade da Usina Termelétrica de Juiz de Fora, bem como a construção de 3.681 Km de redes urbanas e rurais no sistema de distribuição da CFLCL e de suas controladas;
- Início do projeto de automação das 50 subestações e implantação do “Sistema de Gerenciamento de Rede de Distribuição” na Saelpa, cujos investimentos atingirão R\$7,1 milhões. Ambos totalmente concluídos na CFLCL, CENF, CELB e Energipe em anos anteriores;
- Instalação de cerca de 140 mil medidores de energia elétrica em unidades consumidoras até então sem medição, dos quais 81 mil na área de atuação da Saelpa;
- Conclusão da nova plataforma de informática da Saelpa, com investimento de R\$6,0 milhões;
- Renovação e ampliação da frota de veículos da Saelpa, envolvendo investimento de R\$ 5,5 milhões, o que ensejou o cancelamento dos contratos de locação de veículos, representando uma redução líquida de despesas de R\$2,0 milhões por ano.

4. Participações Societárias

No exercício, a avaliação dos investimentos em controladas refletiu perda por equivalência patrimonial de R\$ 256 mil para a Companhia, contra um ganho de R\$ 8.665 mil em 2000.

Indicadores Operacionais e de Desempenho das Distribuidoras de Energia Elétrica e Consolidado, em 2001

Valores em R\$ mil	CFLCL	CENF	Energipe	CELB	Saelpa	Consolidado
Área de Concessão (Km ²)	16.331	1.000	17.419	1.789	54.595	91.134
Nº de Consumidores	281.059	74.878	403.235	123.816	772.985	1.655.973
Nº de Empregados	750	97	607	182	1.157	2.793
Vendas ao Mercado Próprio (GWh)	910	263	1.661	456	1.952	5.242
Geração Própria de Energia (GWh)	241	47	-	-	-	288
Perdas de Energia do Sistema Próprio (%)	10,4	9,1	15,4	13,4	27,5	-
DEC	10,49	16,83	9,17	12,87	21,31	-
FEC	14,78	24,94	10,46	13,86	14,15	-
Receita Operacional Bruta	241.534	52.419	328.019	79.315	378.729	1.062.590
Receita Operacional Líquida	194.445	40.337	274.558	67.433	312.175	871.096
Despesas Controláveis	38.891	10.761	43.315	12.655	65.215	165.452
Despesas Financeiras Líquidas	48.498	41	41.633	2.302	13.806	126.601
Resultado dos Serviços de Energia	50.739	8.235	83.984	(8.562)	(4.515)	132.954
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	(252)	5.978	(6.172)	(7.235)	(12.501)	(736)
Geração de Recursos - EBITDA	68.441	11.348	103.503	(1.555)	3.914	188.906
Receita de Recomposição Tarifária	13.103	7.273	50.818	20.194	77.350	168.738
Receitas (despesas) no MAE	49.634	-	47.014	(20.627)	(63.862)	12.159
EBITDA / Receita Líquida - %	35,2	28,1	37,7	-	1,3	21,7

Vale ressaltar que, em 18/05/2001, entrou em operação, na Grande Aracaju, em Sergipe, a controlada Teleserv. É o primeiro empreendimento do Sistema Cataguazes-Leopoldina na área de telecomunicações convergentes e tem o nome comercial de LIG TV. A LIG TV é a segunda empresa da América do Sul a operar com o sistema MMDS – Multipoint Multichannel Distribution Service (TV por assinatura), com tecnologia digital e a primeira a trabalhar ao mesmo tempo com os sinais digitais e analógicos.

5. Atuação na Comunidade e Preservação do Meio Ambiente

É crescente o número de ações sociais, culturais e educacionais que atestam o envolvimento da Cataguazes-Leopoldina com a comunidade onde está inserida. Essa preocupação, já manifestada em 1985 com o surgimento da Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho, ganhou vulto com a criação das Usinas Culturais e do projeto Café com Pão, Arte Confusão, este último desenvolvido junto a crianças oriundas de famílias de baixa renda. Em 2001, esse trabalho prosseguiu, ampliando o atendimento gratuito para 580 crianças, que dão vazão à diversas manifestações artísticas. Também foi inaugurada a Usina Cultural de Rio Novo, a sexta mantida pela empresa, e firmado convênio com o Movimento Cultural São José para a implantação de mais uma unidade, desta vez em Ubá. Nas Usinas Culturais, além de serem oferecidos shows musicais e peças de teatro - cujo ingresso é feito mediante a entrega de um quilo de alimento não-precívél doados para instituições beneficentes -, artistas, produtores e grupos culturais diversos encontram apoio para o desenvolvimento de seu trabalho.

Na área ambiental prosseguiu o trabalho de reflorestamento das PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas, com destaque para a Usina Benjamim Mário Baptista. Mas o fato mais auspicioso foi a adesão da Cataguazes-Leopoldina ao CCX - Chicago Climate Exchange -, a Bolsa Mundial de Comercialização de Certificados de Retenção de CO₂, que representa mais um marco do pioneirismo da empresa. É a primeira empresa do Brasil a ingressar neste inovador mercado. Os grandes trunfos da Cataguazes-Leopoldina são as Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Usina Maurício e Coronel Domiciano e as outras PCHs. A seguir, informações relativas ao desempenho econômico-social da controladora CFLCL:

Balço Social

1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)	2001	2000
1.1 - Receita Operacional Líquida	194.445	133.051
1.2 - Resultado Operacional (exclui R\$ 1.660 em 2001 e R\$ 37.141 em 2000 referentes a juros sobre capital próprio)	509	628
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	18.931	20.325
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	1.894	1.571
2.2 - Encargos Sociais Compulsórios	4.870	4.139
2.3 - Previdência Privada	377	418
2.4 - Saúde	558	534
2.5 - Educação	294	289
2.6 - Participação nos lucros	-	1.284
2.7 - Outros Benefícios	292	169
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.7)	8.285	8.404
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	48.695	48.366
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	1.920	1.522
3.3 - Investimentos em Meio Ambiente	379	155
3.4 - Programa Luz no Campo	2.275	1.274
3.5 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	1.274	1.220
Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.5)	54.543	52.537
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - N° de empregados ao final do período	750	729
4.2 - N° de admissões durante o período	52	52

**Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2001 e 2000**
(em milhares de reais)

	2001	2000
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	241.534	177.287
Receitas não operacionais	2.809	5.536
Menos Insumos:		
Custo da energia comprada	77.155	48.714
Transporte de potência elétrica	6.281	5.527
Serviços de Terceiros	9.024	7.482
Materiais	3.880	3.128
Outros custos operacionais	7.735	8.921
	<u>104.075</u>	<u>73.772</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>140.268</u>	<u>109.051</u>
Quotas de reintegrações	12.934	11.440
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>127.334</u>	<u>97.611</u>
Equivalência patrimonial	(256)	8.665
Amortização de ágio	(1.476)	(1.887)
Receitas financeiras	3.452	2.974
Ganho de capital (venda de ações)	-	79.305
4- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>129.054</u>	<u>186.668</u>
5- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	20.857	19.282
Governo: (impostos, taxas e contribuições)	48.695	48.366
Transferências intra-setoriais	9.810	10.655
Juros	48.717	32.214
Aluguéis	1.227	995
Distribuição do lucro do exercício		
Juros sobre capital próprio/dividendos	-	39.129
Participação dos empregados e administradores	-	1.284
Reservas de lucros	(252)	34.743
	<u>129.054</u>	<u>186.668</u>

7 - Site da Cataguazes-Leopoldina conquista o 2º lugar no POP+ 2002

Emissão de ADRs e desempenho das ações na Bovespa

Prêmio POP+ - O site da Cataguazes-Leopoldina recebeu o 2º lugar no prêmio POP+ 2002, concedido pela MZ Consult e LatinFinance aos melhores sites de RI (Relação com Investidores) do Brasil, segundo votação direta de investidores, analistas e demais agentes do mercado de capitais. Destacando-se num universo de 53 empresas concorrentes, o site da CFLCL permaneceu em 1º lugar até as últimas 24 horas antes do encerramento da votação, quando foi ultrapassado por apenas 12 votos.

Emissão de ADRs e desempenho das ações na Bovespa - A CVM - Comissão de Valores Mobiliários aprovou a emissão de recibos de ações da Cataguazes-Leopoldina, os chamados ADRs – American Depositary, de nível 1. Cada ADR corresponde a 10.000 ações ordinárias ou preferenciais classe “A” de emissão da CFLCL. O banco emissor dos ADRs é The Bank of New York e a custódia dos títulos está a cargo do Banco Itaú. O objetivo dessa emissão é dar maior visibilidade aos títulos da CFLCL, mostrando o seu potencial e buscando uma melhor cotação, viabilizando assim melhores condições de financiamento.

Em 2001, as ações preferenciais classe “A” da CFLCL, que movimentaram na Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo valor equivalente a R\$ 6,1 milhões, apresentaram uma rentabilidade de 7,5 %. O Ibovespa, ao contrário, registrou queda de 11,5%. Ao final do ano, as ações preferenciais classe “A” da CFLCL foram cotadas a R\$1,58 por lote de mil ações, ante o seu valor patrimonial de R\$3,16.

A Administração.

III. Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial - Ativo

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA
CNPJ/MF N° 19.527.639/0001-58

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Em milhares de reais)

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2001	2000	2001	2000
CIRCULANTE				
Disponibilidades	1.656	1.997	6.425	10.168
Aplicações no mercado aberto	238	118	1.397	33.765
Consumidores e concessionárias	76.998	25.862	348.633	250.283
Títulos de créditos a receber	3.809	1.947	38.741	17.071
Créditos renegociados	-	-	39.176	24.478
Recomposição tarifária extraordinária	4.368	-	56.245	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.406)	(756)	(98.946)	(98.670)
Estoques	818	639	5.653	5.577
Devedores diversos	1.334	1.114	1.479	5.021
Impostos a recuperar	7.586	5.734	35.101	17.951
Despesas pagas antecipadamente	2.488	156	9.419	327
	<u>96.889</u>	<u>36.811</u>	<u>443.323</u>	<u>265.971</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Recomposição tarifária extraordinária	8.735	-	112.493	-
Títulos de créditos a receber	6.536	-	11.441	6.566
Créditos renegociados	-	-	28.007	57.996
Empresas controladas e ligadas	150.807	34.540	11.059	-
Impostos a recuperar	1.671	-	16.946	-
Créditos tributários	21.076	23.020	147.491	141.366
Cauções e depósitos vinculados	793	23.651	21.745	48.308
Despesas pagas antecipadamente	3.643	-	13.352	-
Outros	6.634	6.729	36.930	17.394
	<u>199.895</u>	<u>87.940</u>	<u>399.464</u>	<u>271.630</u>
PERMANENTE				
Investimentos	451.464	455.162	10.859	11.164
Imobilizado	242.899	234.987	1.353.045	1.212.807
Diferido	903	692	437.178	412.337
	<u>695.266</u>	<u>690.841</u>	<u>1.801.082</u>	<u>1.636.308</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>992.050</u>	<u>815.592</u>	<u>2.643.869</u>	<u>2.173.909</u>

As notas explicativas são parte integrante destes balanços.

2. Balanço Patrimonial - Passivo

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA
CNPJ/MF N° 19.527.639/0001-58

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 e 2000

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2001	2000	2001	2000
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	21.795	12.064	202.578	48.691
Encargos de dividas	276	145	10.830	1.850
Empréstimos e financiamentos	152.862	26.893	491.815	352.692
Debêntures	12.210	15.895	12.210	15.895
Folha de pagamento	39	52	2.853	2.191
Tributos e contribuições sociais	5.343	7.881	95.531	64.851
Juros sobre o capital próprio/dividendos	897	21.418	3.212	23.306
Encargos do consumidor a recolher	1.300	2.027	7.329	5.071
Obrigações estimadas	2.072	1.750	8.944	8.093
Outras contas a pagar	2.605	2.011	21.153	11.708
	<u>199.399</u>	<u>90.136</u>	<u>856.455</u>	<u>534.348</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Fornecedores	5.354	-	40.121	-
Empréstimos e financiamentos	77.036	40.746	407.565	318.853
Debêntures	144.662	149.035	144.662	149.035
Imposto de renda diferido	-	-	1.512	1.964
Impostos a recolher	3.347	-	62.855	102.085
Empresas controladoras e controladas	88.096	46.780	-	-
Provisões para contingências	3.979	26.134	102.883	143.486
Provisão de déficit atuarial	-	-	40.513	46.553
Outras contas a pagar	2.170	504	54.286	2.141
	<u>324.644</u>	<u>263.199</u>	<u>854.397</u>	<u>764.117</u>
Obrigações vinculadas à concessão	<u>65.802</u>	<u>59.800</u>	<u>107.110</u>	<u>98.148</u>
	<u>390.446</u>	<u>322.999</u>	<u>961.507</u>	<u>862.265</u>
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA				
	-	-	464.613	415.265
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	334.335	334.335	334.335	334.335
Correção monetária do capital	9.837	9.837	9.837	9.837
Ações em tesouraria	(5.245)	(5.245)	(5.245)	(5.245)
Reservas de capital	26.545	26.545	22.367	23.104
Reservas de lucros	36.733	36.985	-	-
	<u>402.205</u>	<u>402.457</u>	<u>361.294</u>	<u>362.031</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>992.050</u>	<u>815.592</u>	<u>2.643.869</u>	<u>2.173.909</u>

As notas explicativas são parte integrante destes balanços

3. Demonstrações dos Resultados

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA
CNPJ/MF N° 19.527.639/0001-58
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 e 2000
(Em milhares de reais exceto o lucro líquido (prejuízo) por mil ações)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2001	2000	2001	2000
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia elétrica	178.317	161.125	926.201	501.806
Suprimento de energia elétrica	51.776	5.424	125.549	29.202
Serviços especializados	-	-	630	98
Agropecuária	-	-	89	13
Outras receitas	11.441	10.738	10.121	9.228
	<u>241.534</u>	<u>177.287</u>	<u>1.062.590</u>	<u>540.347</u>
Deduções à receita operacional				
ICMS faturado	34.221	33.804	140.273	89.090
Pis, cofins e iss	9.297	6.854	39.875	20.210
Quotas para a reserva global de reversão	3.571	3.578	11.346	7.040
	<u>47.089</u>	<u>44.236</u>	<u>191.494</u>	<u>116.340</u>
Receita operacional líquida	<u>194.445</u>	<u>133.051</u>	<u>871.096</u>	<u>424.007</u>
Despesas (receitas) operacionais				
Pessoal	20.857	19.282	89.030	57.866
Material	3.880	3.128	15.483	8.062
Serviços de terceiros	9.024	7.482	45.142	24.913
Energia elétrica comprada para revenda	77.006	48.714	462.125	169.401
Compensação financeira p/utilização de recursos hídricos	149	139	149	139
Transporte de potência elétrica	6.281	5.527	46.496	24.698
Depreciação e amortização	12.934	11.440	43.017	27.006
Quota para conta de consumo de combustível	6.239	7.077	22.395	18.052
Provisão para contingências	273	-	(3.551)	121
Outras despesas	7.063	5.507	17.856	25.240
	<u>143.706</u>	<u>108.296</u>	<u>738.142</u>	<u>355.498</u>
Resultado do serviço	<u>50.739</u>	<u>24.755</u>	<u>132.954</u>	<u>68.509</u>
Receita (Despesa) financeira				
Receita de aplicações financeiras	864	839	4.568	25.420
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	2.562	2.135	14.427	6.023
Encargos de dívidas	(47.552)	(31.426)	(153.986)	(76.426)
Juros sobre o capital próprio	1.660	(37.141)	(735)	(37.921)
Outras receitas (despesas)	(4.372)	(2.453)	8.390	(6.905)
	<u>(46.838)</u>	<u>(68.046)</u>	<u>(127.336)</u>	<u>(89.809)</u>
Amortização de ágio	(1.476)	(1.887)	(17.506)	(16.010)
Resultado de equivalência patrimonial	(256)	8.665	-	-
Resultado operacional	<u>2.169</u>	<u>(36.513)</u>	<u>(11.888)</u>	<u>(37.310)</u>
Receita não operacional	2.809	260.666	2.981	222.718
Despesa não operacional	(1.626)	(180.095)	(6.286)	(181.845)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, imposto de renda, participações e reversão dos juros sobre o capital próprio	3.352	44.058	(15.193)	3.563
Contribuição social	(456)	(2.726)	(1.841)	(1.746)
Imposto de renda	(1.488)	(3.317)	(3.843)	5.453
Lucro (prejuízo) antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	1.408	38.015	(20.877)	7.270
Participações de empregados e administradores	-	(1.284)	(400)	(1.697)
Participação minoritária	-	-	19.806	(9.577)
Lucro (prejuízo) antes da reversão dos juros sobre capital próprio	1.408	36.731	(1.471)	(4.004)
Reversão de juros sobre o capital próprio	(1.660)	37.141	735	37.921
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(252)</u>	<u>73.872</u>	<u>(736)</u>	<u>33.917</u>
Lucro líquido (prejuízo) por mil ações - R\$	<u>(0,002)</u>	<u>0,581</u>		

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA
CNPJ/MF N° 19.527.639/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 e 2000
(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2001	2000	2001	2000
Origens de recursos				
Das operações (vide demonstração abaixo)	24.652	31.860	-	98.166
De terceiros				
Financiamentos captados	50.941	56.307	141.746	172.875
Contribuição de consumidores	6.002	4.575	8.962	9.971
Juros sobre o capital próprio de controladas	1.660	958	-	-
Redução do realizável a longo prazo	-	13.034	29.906	-
Aumento do exigível a longo prazo	-	-	24.899	-
Aumento de participação de minoritário	-	-	98.963	263.530
Capital circulante inicial	-	-	-	3.686
Total das origens	83.255	106.734	304.476	548.228
Aplicações de recursos				
Nas operações (vide demonstração abaixo)	-	-	23.544	-
Nos investimentos	35	14.230	12.953	159.105
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	26.542	360.809
No imobilizado	22.592	26.789	200.675	96.276
No diferido	240	577	1.538	634
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	11.753	50.091	183.244	74.787
Juros sobre o capital próprio/dividendos	-	39.129	735	39.909
Ações em tesouraria	-	2.639	-	2.639
Aumento no realizável a longo prazo	97.820	-	-	18.499
Total das aplicações	132.440	133.455	449.231	752.658
Redução do capital circulante líquido	(49.185)	(26.721)	(144.755)	(204.430)
Demonstração da variação do capital circulante líquido				
Ativo Circulante				
No início do exercício	36.811	26.677	265.971	104.999
No fim do exercício	96.889	36.811	443.323	265.971
	60.078	10.134	177.352	160.972
Passivo Circulante				
No início do exercício	90.136	53.281	534.348	168.946
No fim do exercício	199.399	90.136	856.455	534.348
	109.263	36.855	322.107	365.402
Redução do capital circulante líquido	(49.185)	(26.721)	(144.755)	(204.430)
Operações				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(252)	73.872	(736)	33.917
Despesas(receitas) que não afetam o capital circulante :				
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	12.980	23.398	32.067	33.716
Resultado de equivalência patrimonial	256	(8.665)	-	-
Depreciação e amortização	12.934	11.440	43.017	27.006
Amortização de ágio	1.476	1.887	17.506	16.010
Valor residual de ativos permanentes baixados	2.065	1.748	3.495	16.885
Perda (ganho) de capital	-	(20.646)	3.399	(20.646)
Ganho na venda de investimentos	-	(58.659)	-	(18.723)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.944	(1.879)	(6.577)	(13.814)
Recomposição tarifaria extraordinária de longo prazo	(3.381)	-	(72.372)	-
Conta de variação de valores Parcela A - CVA de longo prazo	(3.643)	-	(13.352)	-
Provisão para contingências	273	8.300	(10.237)	13.917
Participação minoritária	-	-	(19.806)	9.577
Outros	-	1.064	52	321
	24.652	31.860	(23.544)	98.166

As notas explicativas são parte integrante destes balanços

5. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA
CNPJ/MF N° 19.527.639/0001-58

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Em milhares de reais)

	CAPITAL		RESERVAS DE CAPITAL					RESERVAS DE LUCROS			
	REALIZADO	ATUALIZADO	Ágio na subscrição de ações	Subvenção de investimentos	Remuneração de imobilizações em curso	Outras reservas de capital	Estatutária	Legal	Lucros acumulados	Total	
Saldos em 01 de janeiro de 2000	334.335	9.837	(2.606)	6.057	9.927	6.386	4.175	1.461	5.009	-	374.581
Ações em tesouraria	-	-	(2.639)	-	-	-	-	-	-	-	(2.639)
Déficit atuarial líquido registrado pela controlada Energipe, conforme Deliberação CVM nº 371	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.228)	(4.228)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73.872	73.872
Proposta de distribuição do lucro líquido do exercício:											
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	3.694	(3.694)	-
Juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.385)	(32.385)
Imposto de renda retido na fonte incidente sobre os juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.715)	(5.715)
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.029)	(1.029)
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	-	26.821	-	(26.821)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2000	334.335	9.837	(5.245)	6.057	9.927	6.386	4.175	28.282	8.703	-	402.457
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(252)	(252)
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	(252)	-	252	-
Saldos em 31 de dezembro de 2001	334.335	9.837	(5.245)	6.057	9.927	6.386	4.175	28.030	8.703	-	402.205

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

IV. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina - CFLCL é uma concessionária de energia elétrica, que atua em 67 sedes municipais no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a aproximadamente 281 mil consumidores (não examinado pelos auditores independentes).

A CFLCL também é controladora da Energisa S/A (controladora da Empresa Energética de Sergipe S/A - Energipe, Companhia Energética da Borborema - CELB e Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba - Saelpa); Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF ; Cat-Leo Energia S.A. (produtor independente de energia elétrica e acionista com 50% de participação na Usina Termelétrica de Juiz de Fora S/A); Multipar S/A Planejamento e Corretagem de Seguros (serviços e corretagem de seguros); Multiagro Agropecuária, Comércio e Indústria Ltda. (agro-industrial); Teleserv S/A, Telecabo S/A e MCL Cabo S/A (telecomunicações). Os percentuais de participação e as informações sobre essas empresas estão apresentados nas notas nºs 4 e 12.

A CFLCL apresentava o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2001 e 2000 de R\$102.510 (R\$ 413.132 no consolidado) e R\$53.325 (R\$268.377 no consolidado), respectivamente. Este desequilíbrio decorre, basicamente, da aquisição do controle acionário da Saelpa, em 30/11/2000 e do Programa Emergencial de Racionamento, instituído pelo Governo Federal a partir de 01/06/2001, que reduziu a receita da CFLCL no período de junho a dezembro de 2001 em aproximadamente 20%. Para fazer face a esse desequilíbrio, a CFLCL já tem programada a entrada dos seguintes recursos no próximo exercício:

- . capitalização de R\$91.909 do acionista Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda. na Pupart - SE 1 S/A (vide nota nº 36);
- . financiamento do BNDES, referente à recomposição tarifária extraordinária (vide nota nº 6), no montante de R\$58.875 (líquido da parcela de curto prazo);
- . reembolso do Ministério das Minas e Energia, referente aos custos do Programa Emergencial de Racionamento, no valor de R\$17.695 (vide nota nº 34);
- . financiamentos em fase de contratação junto ao BNDES, referente a investimentos já realizados, no montante R\$141.724.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

A Aneel promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado “Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica”, contendo o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória, a partir de 1º de janeiro de 2002.

3. Sumário das principais práticas contábeis

- a) As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e certificados de depósitos bancários que estão registrados pelo valor atualizado na data do balanço;
- b) Consumidores e concessionárias engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, reconhecidas pelo regime de competência;

- c) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da Aneel;
- d) Os estoques estão valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede seu valor de mercado;
- e) Os investimentos em controladas foram contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base os patrimônios líquidos dessas empresas em 31 de dezembro de 2001 e 2000. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Os ágios pagos nas aquisições dos controles acionários das controladas CENF, CELB, Energipe e Saelpa estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de distribuição de energia elétrica, tomando-se por base as projeções dos resultados dessas concessionárias, ou seja, CENF em 20 anos, a partir de julho de 1997; CELB em 30 anos, a partir de janeiro de 2000; Energipe em 30 anos, a partir de dezembro de 1997 e Saelpa, em 30 anos, a partir de dezembro de 2000. Em 31 de dezembro de 2001, os saldos a amortizar são: CENF R\$36.411, CELB R\$83.033, Energipe R\$8.210 e Saelpa R\$307.079;

- f) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir desta data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso.

O ágio incorporado na controlada Energipe, encontra-se registrado no imobilizado consolidado e está sendo amortizado pelo prazo de concessão de distribuição de energia elétrica, tomando-se por base as projeções de resultado da Energipe nos próximos 30 anos, a partir de abril de 1998. Em 31 de dezembro de 2001, o saldo a amortizar deste ágio monta em R\$500.543 (R\$514.641 em 2000);

- g) Em função do disposto nas Instruções Gerais 35 e 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. A controladora e suas controladas, deixaram de calcular juros sobre capital próprio das imobilizações em curso;
- h) O diferido está representado pelo custo de aquisição de software de manutenção de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos.

Os ágios pagos nas aquisições da CENF, CELB, Energipe e Saelpa, para fins de apresentação, no consolidado, estão classificados no diferido.

- i) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;
- j) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição diferidos foram constituídos em conformidade com a Deliberação CVM nº 273/97, pelas alíquotas de 25% e 8%, respectivamente, que se espera estar vigentes quando da realização desses créditos;
- k) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- l) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- m) Os custos associados aos planos de complementação de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência;
- n) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- o) A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas de contabilidade emanadas da legislação societária brasileira requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como

a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A - CVA, Energia Elétrica Comprada e Vendida no Mercado Atacadista de Energia - MAE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Contingências e Planos de Aposentadoria e Pensão.

4. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da CFLCL e de suas controladas a seguir relacionadas:

Controladas:	Participação societária	
	2001	2000
Energisa S.A. (*)	50,07	50,07
Cia. de Eletricidade de Nova Friburgo	59,47	59,31
Multipar S.A.	99,96	99,96
Multiagro Ltda.	66,67	66,67
Teleserv S.A.	99,10	99,10
Telecabo S.A.	97,59	97,59
MCL Cabo S.A.	95,54	95,54
Cat-Leo Energia S.A.	99,99	99,99

(*) Controladora da Energipe (99,62% do capital votante e 99,64% do capital total). A Energipe é controladora da CELB (99,13% do capital votante e 88,85% do capital total) e da Pbpert SE1 S.A (50,1% do capital votante e total) que detém o controle da Saelpa (97,55% do capital votante e 82,83% do capital total).

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base nas demonstrações contábeis das empresas controladas em 31 de dezembro de 2001 e 2000, de acordo com os critérios técnicos de consolidação previstos na Instrução CVM n.º 247/96.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as Companhias consolidadas;
- Eliminação do investimento da controladora nas empresas controladas incluídas na consolidação, bem como dos investimentos entre as controladas;
- Eliminação dos saldos e de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Companhias consolidadas; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações contábeis consolidadas.

A conciliação entre o resultado do exercício e o patrimônio líquido da controladora e consolidado em 31 de dezembro era como segue:

	2001		2000	
	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimônio líquido
Controladora	(252)	402.205	73.872	402.457
Lucro não realizado nas transações com controladas	(484)	(40.911)	(39.955)	(40.426)
Consolidado	<u>(736)</u>	<u>361.294</u>	<u>33.917</u>	<u>362.031</u>

5. Consumidores e concessionárias

a) Controladora

Classes de consumo	Saldos Vincendos	Vencidos Até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos de 181 a 360 dias	Vencidos há mais de 360 dias	Total	
							2001	2000
Residencial	2.952	1.643	241	75	2	1	4.914	6.801
Industrial	3.416	587	119	67	37	388	4.614	3.747
Comércio, serviços e outras atividades	1.211	635	156	89	56	66	2.213	2.454
Rural	758	259	60	15		5	1.097	1.266
Poder público:								
Federal	7	2	2	1	1	7	20	22
Estadual	73	19	21	11	15	71	210	159
Municipal	267	72	78	39	54	261	771	610
Iluminação pública	41	70	116	71	92	1.212	1.602	1.342
Serviço público	358	37	42	40	64	148	689	597
Subtotal – consumidores	9.083	3.324	835	408	321	2.159	16.130	16.998
Concessionárias (*)	-	-	-	-	-	-	56.854	5.809
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	4.014	3.055
Total	9.083	3.324	835	408	321	2.159	76.998	25.862

b) Consolidado

Classes de consumo	Saldos Vincendos	Vencidos Até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos de 181 a 360 dias	Vencidos há mais de 360 dias	Total	
							2001	2000
Residencial	10.340	10.299	4.405	2.912	4.510	14.047	46.513	57.976
Industrial	7.911	3.034	1.376	1.427	2.629	15.917	32.294	30.866
Comércio, serviços e outras atividades	5.169	3.841	2.377	2.053	1.985	7.450	22.875	22.732
Rural	1.386	919	584	390	1.056	7.985	12.320	14.195
Poder público:								
Federal	1.580	787	987	1.246	2.128	10.550	17.278	6.270
Estadual	288	126	129	116	171	672	1.502	8.336
Municipal	538	232	224	194	303	1.865	3.356	7.586
Iluminação pública	1.572	1.123	1.734	2.044	3.746	29.631	39.850	37.880
Serviço público	2.344	247	2.076	269	164	731	5.831	5.191
Outros	-	-	-	-	-	-	12.314	2.079
Subtotal – consumidores	31.128	20.608	13.892	10.651	16.692	88.848	194.133	193.111
Concessionárias (*)	-	-	-	-	-	-	133.025	29.841
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	21.475	27.331
Total	31.128	20.608	13.892	10.651	16.692	88.848	348.633	250.283

(*) Inclui energia vendida no Mercado Atacadista de Energia - MAE (vide nota nº 7).

6. Recomposição tarifária extraordinária

Com base nas disposições contidas na Medida Provisória nº 14, na Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução nº 31, da Aneel, de 24 de janeiro de 2002, a CFLCL e suas controladas, CENF, Energipe, CELB e Saelpa efetuaram levantamento do montante da recomposição tarifária extraordinária, aplicável a todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica, visando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, através do ressarcimento das perdas de consumo observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, durante o período compreendido entre 1º de junho e 31 de dezembro de 2001.

A referida recomposição tarifária extraordinária se dará por meio da aplicação às tarifas vigentes em 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela Aneel:

- a) 2,9% para os clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda).
- b) 7,9% para os demais clientes.

A recomposição tarifária extraordinária, no valor de R\$13.103 (R\$168.738 no consolidado), foi registrada como Receita de Fornecimento no exercício de 2001. Esse montante compõe-se de:

a) R\$4.768 (R\$106.277 no consolidado), referente à diferença entre a receita estimada de acordo com os parâmetros definidos nas Resoluções acima e a receita auferida pela concessionária no período de 01 de junho a 31 de dezembro de 2001, afetada pela redução de consumo decorrente do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

Em 11 de março de 2002, a CFLCL e suas controladas encaminharam à Aneel os cálculos da recomposição tarifária, os quais estão sujeitos à homologação pelo órgão regulador. Para que as Companhias tenham direito a essa compensação, renunciaram a qualquer pleito, judicial ou extrajudicial, relativo a fatos e normas concernentes ao Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e à recomposição tarifária extraordinária, bem como aderiram aos acordos firmados entre os agentes do setor elétrico, conforme previsto pela Medida Provisória nº 14 e pelas Resoluções nº 91, da GCE, e nº 31, da Aneel.

b) R\$8.335 (R\$62.461 no consolidado), referentes à energia disponibilizada pelos geradores livres, os quais dispunham de geração não comprometida em contratos. Essa energia foi denominada "energia livre". Esse montante foi contabilizado como receita operacional e inclui R\$303 (R\$2.280 no consolidado) relativos ao Pis e Cofins.

O valor referente à energia livre foi também contabilizado como despesa operacional com base em comunicado aos agentes, divulgado em 13 de março de 2002 pela Asmae (Administradora do Mercado Atacadista de Energia), no montante de R\$8.032 (R\$60.181 no consolidado) líquidos do Pis e Cofins. Esses valores serão repassados aos geradores.

Eventuais decisões das autoridades reguladoras do setor de energia elétrica, quanto a recomposição tarifária extraordinária, bem como o montante relacionado à energia livre, poderão resultar em relevantes ajustes nos valores registrados pela CFLCL e suas controladas. Os valores definitivos a serem divulgados deverão ser validados pela Aneel, conforme previsto em sua Resolução nº 72, de 7 de fevereiro de 2002.

Como parte do acordo relativo à recomposição tarifária, a CFLCL e suas controladas irão pagar à Furnas Centrais Elétricas, Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco os valores integrais dos contratos iniciais de fornecimento de energia elétrica, reduzidos pelo fator 0,9759, estabelecido pela Aneel. Esses valores montam, em 31 de dezembro de 2001, em R\$3.176 (R\$28.572 no consolidado). A soma desse valor e da energia livre, mencionada anteriormente, que totaliza R\$11.208 (R\$88.753 no consolidado), foi registrada no resultado do exercício, na rubrica Energia Elétrica Comprada para Revenda e compõe o saldo da conta Fornecedores no Passivo Circulante e do Exigível a Longo Prazo.

Será concedido à CFLCL e suas controladas, CENF, Energipe, CELB e Saelpa, financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, como forma de adiantamento da compensação relativa à tarifa extraordinária, no valor de aproximadamente 90% do montante a ser ressarcido. Os recursos advindos do faturamento da recomposição tarifária extraordinária dos clientes das Companhias serão integralmente destinados à quitação desse financiamento. A recomposição tarifária vigorará pelo período necessário à compensação do montante apurado.

7. Mercado Atacadista de Energia - MAE

Período	2001				2000			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Venda	Compra	Venda	Compra	Venda	Compra	Venda	Compra
Jul/99 a Ago/00	24	1	482	82	410	227	10.721	3.211
Set/00 a Abr/01	3.176	528	20.060	1.252	4.791	63	16.730	63
Mai/01	913	-	3.297	3.363	-	-	-	-
Jun a Dez/01	50.826	-	104.363	88.357	-	-	-	-
Total	54.939	529	128.202	93.054	5.201	290	27.451	3.274

Os valores referentes ao período de setembro de 2000 a abril de 2001, foram provisionados pela Administração da Companhia com base nas informações disponibilizadas pelo MAE.

Nos demais meses de 2001, os saldos foram apurados levando em consideração as estimativas internas, conforme entendimentos preliminares havidos junto à Aneel ainda não formalizados, as informações constantes do extrato fornecido pelo próprio MAE, datado de 13 de março de 2002, e demais dados relacionados com as operações entre as empresas do Grupo, bem como regulamentação em vigor.

Eventuais decisões das autoridades reguladoras do setor de energia elétrica, pertinentes às operações no MAE, poderão resultar em relevantes ajustes nos valores registrados pela CFLCL e suas controladas.

8. Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA

As Portarias Interministeriais nº 296, de 25 de outubro de 2001 e a nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceram a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Posteriormente, a Aneel, pela Resolução nº 90, de 18 fevereiro de 2002, definiu os itens da "Parcela A", bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros e a definição do período para recuperação tarifária, este compreendido entre 1 de janeiro e 25 de outubro de 2001. Foram os seguintes itens incluídos pela CFLCL e suas controladas como componentes da "Parcela A":

- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica;
- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos;
- Energia comprada estabelecida nos contratos iniciais;
- Quota de Reserva Global de Reversão - RGR;
- Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica – TFSEE; e
- Encargos de conexão.

A CFLCL e suas controladas calcularam os valores da CVA, no montante de R\$4.931 (R\$18.490 no consolidado), cujo valor foi posteriormente atualizado pela variação da Taxa SELIC, entre o período de sua apuração e a data de encerramento do balanço, totalizando R\$5.465 (R\$20.030 no consolidado) Estes valores foram registrados, na rubrica Despesas Pagas Antecipadamente, no curto e longo prazo, de acordo com as estimativas de realização. Em 11 de março, os cálculos da Parcela A contendo a

atualização monetária até 25 de outubro de 2001, no montante de R\$4.866 (R\$13.344 no consolidado), foram encaminhados à Aneel e estão sujeitos a homologação pelo Poder Concedente.

9. Créditos renegociados - consolidado

Credora	Devedora	Crédito Renegociado	Crédito em 31/12/2001	Parcelas Mensais a Receber	Índice de Atualização Anual	Crédito em 31/12/2000
Saelpa	Cia. de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA	79.198	52.711	21	IGD-DI	64.155
Saelpa	Governo do Estado da Paraíba	18.171	<u>14.472</u>	21	IGD-DI	<u>18.319</u>
	Total		<u>67.183</u>			<u>82.474</u>
	Parcela de curto prazo		39.176			24.478
	Parcela de longo prazo		28.007			57.996

Estes créditos referem-se a consumo de energia elétrica até junho de 2000, renegociados em julho de 2000. O crédito junto à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA tem como garantia a própria receita da CAGEPA, sendo interveniente repassador o Banco do Estado da Paraíba – Paraiban.

10. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.115	482	20.391	1.727
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.238	530	5.474	5.698
Imposto de Renda – IRPJ	3.703	2.827	17.450	6.388
Contribuição Social Sobre o Lucro – CSSL	1.867	1.612	7.152	3.180
Programa de Integração Social – PIS	5	4	134	69
Contribuição para a Seguridade Social – COFINS	20	14	627	193
Contribuições Previdenciárias	309	265	819	696
	<u>9.257</u>	<u>5.734</u>	<u>52.047</u>	<u>17.951</u>
Parcela de Curto Prazo	7.586	5.734	35.101	17.951
Parcela de Longo Prazo	1.671	-	16.946	-

11. Créditos tributários

Em 31 de dezembro, a CFLCL e suas controladas possuíam créditos tributários a compensar, relativos a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme natureza e valores a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000
Prejuízo fiscal/base negativa	55.885	48.264	50.197	46.042	253.383	211.082	210.906	170.161
Adições temporárias:								
Provisão para contingências	2.578	1.330	2.578	1.330	76.894	93.601	70.892	87.847
Provisão de tributos e contribuições em discussão judicial	-	19.999	-	12.758	52.192	39.738	30.034	19.042
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.406	756	2.406	756	16.358	36.877	16.358	36.877
Déficit atuarial Deliberação CVM nº371	-	-	-	-	45.767	46.553	45.767	46.553
Outros	5.230	1.703	1.703	1.703	24.946	21.499	2.365	2.365
Total	<u>66.099</u>	<u>72.052</u>	<u>56.884</u>	<u>62.589</u>	<u>469.540</u>	<u>449.350</u>	<u>376.322</u>	<u>362.845</u>
Alíquota aplicada	25%	25%	8%	8%	25%	25%	8%	8%
Créditos tributários (Imposto de renda e contribuição social)	<u>16.525</u>	<u>18.013</u>	<u>4.551</u>	<u>5.007</u>	<u>117.385</u>	<u>112.338</u>	<u>30.106</u>	<u>29.028</u>

A Administração da CFLCL, baseada nas projeções de resultados futuros, estima realizar estes créditos nos próximos 10 anos. As controladas, Saelpa, Energipe, CELB e CENF, estimam realizar seus créditos tributários, em até 8 anos.

12. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Participações em empresas controladas	404.468	406.338	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	36.411	37.892	-	-
Investimentos avaliados ao custo	10.585	10.932	10.859	11.164
	<u>451.464</u>	<u>455.162</u>	<u>10.859</u>	<u>11.164</u>

A seguir, informações sobre as participações em empresas controladas:

	Energisa S.A.	CENF	Multipar S.A.	Multiagro Ltda.	Teleserv S.A.	Telecabo S.A.	MCL Cabo S.A.	Cat-Leo Energia S.A.	2001	2000
Capital social	755.904	15.600	3.553	5.550	1.140	300	168	13.151		
Quantidade de ações e quotas possuídas (mil):										
Ordinárias	18.991	57.509	3.531	-	38	9	14	13.150		
Preferenciais	-	-	1	-	75	20	2	-		
Quotas	-	-	-	3.700	-	-	-	-		
Participação (%)	50,07	59,47	99,96	66,67	99,10	97,59	95,54	99,99		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(7.032)	5.978	(475)	(439)	(678)	-	-	1.162		
Patrimônio líquido	733.964	35.441	448	1.430	400	264	70	13.774		
Resultado de equivalência Patrimonial :	(3.521)	3.544	(475)	(293)	(672)	-	-	1.161	(256)	8.665
Investimentos	367.495	21.077	448	953	396	258	67	13.774	404.468	406.338

13. Transações com partes relacionadas

	Saelpa	CENF	Multipar S.A.	Multiagro Ltda.	Energisa Energipe S.A.	Teleserv S.A.	Telecabo S.A.	UTEJF S.A.	MCL Cabo S.A.	Cat-Leo Energia S.A.	CELB	PBPart Ltda.	PBPart Se 2	PBPart Se 1	2001	2000	
Adiantamento e empréstimos a (pagar) receber	23.145	(278)	-	-	(9.631)	-	-	-	-	-	(224)	(64.485)	(13.330)	-	(64.803)	(12.240)	
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	115	894	-	4.036	8.293	1.592	-	415	112.127	-	-	-	42	127.514	21.923
Prestação de serviços	357	5.826	-	-	571	-	-	-	-	222	542	-	-	-	7.518	6.424	
Energia elétrica fornecida (comprada)	(6.927)	-	-	-	-	-	-	(822)	-	(2.172)	-	-	-	-	(9.921)	(476)	
Custo de conexão	-	-	-	-	-	-	-	304	-	198	-	-	-	-	502	-	
Receitas despesas) financeiras	677	(274)	-	-	(2.819)	-	-	-	-	-	(38)	(9.137)	(1.679)	-	(13.270)	(3.261)	
Venda de softwares	1.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.500	950	
Venda de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	133.108	

As transações de adiantamento e empréstimos são remuneradas a juros compatíveis de mercado, exceto quanto aos adiantamentos para futuro aumento de capital, que não são remunerados.

As referidas operações estão suportadas por contratos de abertura de crédito e foram submetidos ao conhecimento e à aprovação da Aneel.

As prestações de serviços, referentes às áreas administrativas e de apoio e a aquisição de softwares de sistema integrado corporativo de planejamento e gestão de recursos, foram realizadas em condições usualmente praticadas no mercado.

14. Imobilizado

	Taxas Anuais médias da depreciação (%)	Controladora		Consolidado	
		2001	2000	2001	2000
Em serviço:					
Produção -					
Geração hidráulica	2,68	63.476	63.028	87.050	73.994
Geração termelétrica	5,0	-	-	48.782	-
Sistema de transmissão de conexão	2,63	11.708	11.324	15.114	11.324
Distribuição -					
Linhas, redes e subestações	4,57	195.650	187.954	706.142	658.898
Comercialização	4,05	20.463	18.481	104.902	91.184
Administração	9,75	22.275	18.323	61.948	45.476
		313.572	299.110	1.023.938	880.876
Depreciação acumulada:					
Produção -					
Geração hidráulica		(7.403)	(5.967)	(9.091)	(7.662)
Geração termelétrica		-	-	(199)	-
Sistema de transmissão de conexão		(976)	(688)	(996)	(688)
Distribuição -					
Linhas, redes e subestações		(72.056)	(64.257)	(262.150)	(231.771)
Comercialização		(6.488)	(5.741)	(35.618)	(31.943)
Administração		(7.496)	(5.686)	(18.135)	(13.711)
		(94.419)	(82.339)	(326.189)	(285.775)
Em curso:					
Produção -					
Geração hidráulica		3.797	3.469	39.902	26.132
Geração termelétrica		-	-	3.122	-
Sistema de transmissão de conexão		168	528	1.994	1.976
Distribuição -					
Linhas, redes e subestações		18.426	11.468	87.467	57.893
Comercialização		515	268	2.962	2.963
Administração		840	2.483	19.306	14.101
		23.746	18.216	154.753	103.065
Subtotal		242.899	234.987	852.502	698.166
Ágio de empresa incorporada		-	-	538.012	538.012
Amortização acumulada		-	-	(37.469)	(23.371)
Subtotal		242.899	234.987	500.543	514.641
Total		242.899	234.987	1.353.045	1.212.807

De acordo com os artigos n.ºs 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada até a definitiva aplicação na concessão.

15. Diferido

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	434.733	411.575
Custo de aquisição de softwares	960	721	2.535	1.239
Amortização acumulada	(57)	(29)	(90)	(477)
Total	903	692	437.178	412.337

16. Encargos financeiros e efeitos inflacionários

De acordo com a Instrução Geral n.º 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e, a Instrução CVM n.º 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o ativo Imobilizado em Curso, os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Encargos financeiros contabilizados no resultado	47.938	31.917	155.266	79.509
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(386)	(491)	(1.280)	(3.083)
Líquido	47.552	31.426	153.986	76.426

17. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Em moeda nacional, com juros de até 6,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da TJLP (Finame e BNDES)	57.532	30.646	257.581	259.014
Em moeda nacional, com juros de até 8% a.a. e variação da Finel, RGR (Eletrobras)	11.511	11.105	30.829	39.512
Em moeda nacional, com juros de até 4 % a.a. e atualização monetária com base na TJLP (BNDES)	-	-	188.550	50.877
Em moeda nacional, com juros de até 6% a.a. e atualização monetária com base na variação do IGP-M (Prefeitura Municipal de Campina Grande)	-	-	-	25.976
Em moeda nacional, com juros de 3% a.a. e atualização monetária com base na variação do IGP-M (Estado da Paraíba)	-	-	-	219.445
Em moeda nacional, com juros de até 10% a.a. e atualização monetária com base na variação do IGP-DI (Inergus)	-	-	13.226	12.829
Em moeda nacional, com juros de 10% a.a. e, acima da taxa de variação do CDI (Bradesco)	3.992	-	15.147	-
Em moeda nacional com juros remuneratórios equivalentes à taxa CDI (Itacatu, Alliant, e The Latin América Energy)	15.852	-	15.852	-
Em moeda nacional, com juros de 1% a.m. e atualização monetária com base na variação da TR (Funasa)	-	-	6.506	6.973
Em moeda nacional, com juros de 1,20% a 11,59% a.a. acima do CDI (Bancos: Mercantil, BIC Banco, BNL, Unibanco, Rural, ABN Amro Real, Shahin, ABC Brasil, Itaú, HSBC, BBA Credanstalt, BBM, Brascan e BES)	140.326	25.888	334.343	43.435
Em moeda nacional, com juros de até 5,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da TJLP (Unibanco, Banco BNL, HSBC e BIC Banco)	238	-	21.080	-
Em moeda nacional, c/ juros de 2% AA. e atualização monetária com base na variação do CDI (Banco HSBC - Compror)	447	-	4.664	-
Total moeda nacional	229.898	67.639	887.778	658.061
Em moeda estrangeira (US\$), com juros de 8,50% a.a. mais variação cambial (Unibanco e Banco Real)	-	-	11.602	13.484
Total	229.898	67.639	899.380	671.545
Parcela de curto prazo	152.862	26.893	491.815	352.692
Parcela de longo prazo	77.036	40.746	407.565	318.853

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Os financiamentos obtidos junto ao Banese, BNDES e Eletrobras estão garantidos por vinculação das receitas da Companhia e de suas controladas.

O financiamento obtido pela Pupart Ltda. junto ao BNDES, no montante de R\$ 54.945 (R\$50.877 em 2000), para aquisição do controle acionário da CELB, e está garantido pela caução das próprias ações adquiridas.

Os demais empréstimos estão garantidos por parcelas da receita da CFLCL e de suas controladas e/ou notas promissórias emitidas a favor das instituições.

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
2002	-	4.587	-	77.300
2003	27.122	5.979	146.402	79.191
2004	11.449	6.207	128.706	77.821
2005	11.668	6.532	85.418	46.380
2006	11.295	6.217	20.264	15.449
2007	8.593	5.612	13.229	11.356
Após 2007	6.909	5.612	13.546	11.356
	<u>77.036</u>	<u>40.746</u>	<u>407.565</u>	<u>318.853</u>

18. Debêntures

Principais características das debêntures:

N.º de ordem	1ª emissão		3ª emissão		4ª emissão	
	Única	1ª série	2ª série	1ª série	2ª série	
Série	Única	1ª série	2ª série	1ª série	2ª série	
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	
Data de emissão	01/07/1990	01/08/1997	01/08/1997	08/12/1997	08/12/1997	
Data de vencimento	01/07/2002	01/02/2005	01/02/2006	08/12/2007	08/12/2007	
Garantia	Flutuante	Flutuante	Flutuante	Real	Real	
Rendimentos	TR + 12% a.a.	TJLP +4% AA.	TJLP +4% AA.	TJLP + 5,5% AA.	TJLP + 2,5% AA.	
Quantidade de títulos	30.000	3.000	2.500	663.609	1.067.696	
Valor na data de emissão	-	30.000	25.000	33.180	53.385	
Títulos em circulação	-	3.000	2.500	663.609	1.067.696	
Títulos em tesouraria	30.000	-	-	-	-	
Amortizações	-	14 parcelas semestrais	14 parcelas semestrais	5 parcelas anuais, correspondendo, a cada uma, 20% do valor nominal na data de emissão, acrescido da parcela capitalizada da TJLP e juros, vencendo a 1ª ao término do 6º ano após a emissão.		
Modalidade	Não conversíveis em ações	Não conversíveis em ações, conjugadas com bônus ou subscrição		Conversíveis em ações		
Saldos em 31/12/01	-	25.501	25.136	40.760	65.475	
. Parcela de curto prazo	-	6.762	4.879	258	311	
. Parcela de longo prazo	-	18.739	20.257	40.502	65.164	

19. Parcelamento de impostos - Consolidado

No exercício de 2000, as controladas CENF e a Saelpa aderiram ao programa de recuperação fiscal - REFIS. A Saelpa e a controlada CELB também parcelaram seus débitos fiscais de ICMS junto ao Governo do Estado da Paraíba. Em 31 de dezembro de 2001, esses débitos totalizam R\$116.534 e estão contabilizados nas rubricas "Tributos e Contribuições Sociais" no Passivo Circulante e "Impostos a Recolher" no Exigível a Longo Prazo, cuja liquidação está assim programada:

Ano	CENF	Saelpa	CELB	Total
2002	620	58.934	854	60.408
2003	620	41.926	-	42.546
2004	620	4.537	-	5.157
2005	620	4.764	-	5.384
Após 2005	282	2.757	-	3.039
Total	2.762	112.918	854	116.534
Parcela de curto prazo	620	58.719	854	60.193
Parcela de longo prazo	2.142	54.199	-	56.341

20. Obrigações vinculadas à concessão

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Contribuições do consumidor	64.393	58.391	105.399	96.437
Reserva para reversão	1.409	1.409	1.711	1.711
	<u>65.802</u>	<u>59.800</u>	<u>107.110</u>	<u>98.148</u>

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

A reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da CFLCL e da controlada Energipe, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

Para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros, essas contas, bem como os ativos correspondentes, não devem ser considerados por não se tratarem de dívidas efetivas.

21. Imposto de renda e contribuição social

As receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social, apropriadas no resultado do exercício, foram assim apuradas :

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.352	44.058	3.352	44.058	(15.193)	3.563	(15.193)	3.563
Adições permanentes	<u>8.580</u>	<u>(29.969)</u>	<u>5.248</u>	<u>(28.886)</u>	<u>66.281</u>	<u>22.124</u>	<u>62.192</u>	<u>25.482</u>
Base de cálculo	11.932	14.089	8.600	15.172	51.089	25.687	47.000	29.045
Alíquotas fiscais	<u>25%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>9%</u>
Imposto de renda e contribuição social	(2.983)	(3.522)	(774)	(1.365)	(12.772)	(6.422)	(4.230)	(2.614)
Diferença de adicional de alíquota fiscal	-	24	86	(1.361)	48	96	168	(1.399)
Imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores	-	(5)	-	-	111	-	(36)	(55)
Incentivo fiscal (4%PAT e operações culturais)	-	186	-	-	238	287	-	-
Constituição de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	<u>1.495</u>	<u>-</u>	<u>232</u>	<u>-</u>	<u>8.532</u>	<u>11.492</u>	<u>2.257</u>	<u>2.322</u>
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>(1.488)</u>	<u>(3.317)</u>	<u>(456)</u>	<u>(2.726)</u>	<u>(3.843)</u>	<u>5.453</u>	<u>(1.841)</u>	<u>(1.746)</u>

Imposto de renda diferido no consolidado

	2001		2000	
Lucro inflacionário de anos anteriores	7.804	617	9.584	738
Realização do exercício	<u>(1.876)</u>	<u>(121)</u>	<u>(1.780)</u>	<u>(121)</u>
Base de cálculo	5.928	496	7.804	617
Alíquota fiscal	25%	(*) 6%	25%	(*)6%
Imposto de renda diferido	<u>1.482</u>	<u>30</u>	<u>1.927</u>	<u>37</u>

(*) Parcela do lucro inflacionário tributada à alíquota reduzida

22. Capital social - controladora

O capital social, subscrito e integralizado, em 2001 e 2000, está representado por 48.662.898.398 ações ordinárias, 78.280.837.239 ações preferenciais classe “A” e 253.492.770 ações preferenciais classe “B”, sem valor nominal. As ações preferenciais classe “A” não possuem direito de voto e têm prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações. As ações preferenciais classe “B” não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos fixos, não cumulativos, de 6% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações.

O estatuto determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício.

O Conselho de Administração, em reunião de 25 de maio de 2000, autorizou a aquisição, para permanência em tesouraria e, posterior alienação, de até 200.000.000 ações ordinárias, 2.700.000.000 ações preferenciais classe “A” e 25.000.000 ações preferenciais classe “B” de emissão da Companhia. Até 31 de dezembro de 2001 foram adquiridas 16.554.955 ações ordinárias e 2.608.274.448 ações preferenciais classe “A”, que se encontram registradas na rubrica “ações em tesouraria”, classificadas no patrimônio líquido pelo valor de R\$5.245.

23. Dividendos/juros sobre o capital próprio de controladas

Os administradores das controladas, CENF e Cat-Leo, irão propor para deliberação em Assembleias Gerais Ordinárias, o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$1.813 e R\$582, respectivamente, a serem imputados aos dividendos do exercício. Do montante a ser deliberado, a CFLCL fará jus R\$1.660.

Para efeito de apresentação das demonstrações contábeis, os valores desses juros pagos / recebidos estão sendo revertidos nas demonstrações de resultados em contrapartida à conta de lucros acumulados no patrimônio líquido das controladas e nos investimentos no ativo permanente da controladora.

24. Reserva estatutária

Constituída pelo montante dos lucros remanescentes, após constituição de outras reservas e da distribuição de dividendos, destina-se à ampliação e renovação de instalações e investimentos, limitada a 80% do capital.

25. Fornecimento de energia elétrica

a) Controladora

	Não auditado					
	Número de consumidores		MWh		R\$	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000
Residencial	213.498	202.623	291.201	342.453	72.937	76.760
Industrial	3.062	3.411	295.725	305.813	39.389	34.677
Comercial	26.359	24.498	128.621	141.376	25.144	25.234
Rural	34.701	29.830	97.825	107.931	13.486	12.923
Poder público:						
Federal	40	27	278	411	209	67
Estadual	369	358	5.926	6.717	1.092	1.015
Municipal	2.292	2.251	12.473	14.198	2.449	2.190
Iluminação pública	195	195	46.376	53.414	5.632	4.639
Serviço público	399	393	29.389	29.322	3.916	3.048
Consumo próprio	144	137	1.891	2.429	-	-
Subtotal	281.059	263.723	909.705	1.004.064	164.254	160.553
ICMS	-	-	-	-	(34.221)	(33.804)
Recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	13.103	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	218	1.858	960	572
Suprimento de energia elétrica	-	-	21.096	30.788	51.776	5.424
Outros serviços taxados	-	-	-	-	11.441	10.738
Total	281.059	263.723	931.019	1.036.710	207.313	143.483

b) Consolidado

	Não auditado					
	Número de consumidores (*)		MWh (**)		R\$ (**)	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000
Residencial	1.420.227	1.341.644	1.554.289	1.134.888	322.172	222.524
Industrial	11.759	12.103	1.930.509	1.449.591	186.386	116.368
Comercial	130.801	118.849	761.384	556.535	139.125	91.604
Rural	73.253	62.358	259.088	202.459	28.159	20.970
Poder público:						
Federal	566	563	43.477	27.263	10.706	3.931
Estadual	5.899	5.615	67.622	46.783	12.082	7.034
Municipal	10.297	9.977	67.764	36.309	9.274	5.511
Iluminação pública	1.331	1.500	263.441	186.747	27.258	16.793
Serviço público	1.447	1.411	288.587	167.623	28.155	13.342
Consumo próprio	386	375	6.067	4.917	-	-
Subtotal	1.655.966	1.554.395	5.242.228	3.813.115	763.317	498.077
ICMS	-	-	-	-	(140.273)	(89.090)
Recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	168.738	-
Suprimento de energia elétrica	7	12	312.873	240.889	125.549	29.202
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	(107.702)	99.326	(5.854)	3.729
Outros serviços taxados	-	-	-	-	10.840	9.339
Total	1.655.973	1.554.407	5.447.399	4.153.330	922.317	451.257

(*) Somatório de consumidores da CFLCL, Energipe, CELB, Saelpa e CENF.

(**) Em 2000, inclui um mês de faturamento da Saelpa.

26. Remuneração dos administradores

A rubrica despesas de pessoal inclui o montante de R\$2.022 (R\$1.535 em 2000), na controladora, R\$5.707 (R\$4.993 em 2000) no consolidado, referentes a remuneração dos administradores.

27. Provisões para contingências

a) Controladora

Contingências	2001			2000		
	Valor da Provisão		Cauções e depósitos vinculados	Valor da Provisão		Cauções e depósitos vinculados
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
<u>Trabalhistas</u>						
Empregados	(3)	407	180	(150)	410	169
<u>Cíveis</u>						
Consumidores	875	1.124	26	129	249	19
Outros	-	501	-	-	501	-
Subtotal	875	1.625		129	750	19
<u>Fiscais</u>						
Pis / Cofins	(22.428)	1.250	-	8.255	23.678	22.966
Outros	(599)	697	587	66	1.296	497
Subtotal	(23.027)	1.947	587	8.321	24.974	23.463
TOTAL	(22.155)	3.979	793	8.300	26.134	23.651

Em 2001, a reversão de R\$22.428 refere-se a Pis/Cofins que foi liquidado com o saldo de depósito e cauções vinculados, e R\$273 foi contabilizado como provisão para contingências.

Em 2000, R\$6.725, está contabilizado como deduções à receita operacional, R\$1.575 em outras despesas financeiras.

b) Consolidado

	2001			2000		
	Valor da Provisão		Cauções e depósitos vinculados	Valor da Provisão		Cauções e depósitos vinculados
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Contingências						
Trabalhistas						
Empregados	(12.181)	35.950	14.226	(150)	48.131	12.242
Vínculo empregatício	(54)	382	-	111	436	-
Subtotal	(12.235)	36.332	14.226	(39)	48.567	12.242
Cíveis						
Consumidores	2.212	29.312	2.365	139	27.100	304
Outros	(1.189)	1.281	184	-	2.470	201
Subtotal	1.023	30.593	2.549	139	29.570	505
Fiscais						
Pis / Cofins	(30.366)	13.650	-	14.488	44.016	33.070
ICMS	-	2.679	-	-	2.679	-
INSS	1.865	15.101	4.383	1.205	13.236	997
Outros	(890)	4.528	587	66	5.418	1.494
Subtotal	(29.391)	35.958	4.970	15.759	65.349	35.561
TOTAL	(40.603)	102.883	21.745	15.859	143.486	48.308

Em 2001, do montante revertido de R\$40.603, R\$30.366 referem-se a Pis/Cofins que foi liquidado com o saldo de depósito e cauções, R\$6.754 em despesa de pessoal e R\$3.551 em provisão para contingências com atualização de R\$68 em outras despesas financeiras.

Em 2000, R\$13.526 está contabilizado como deduções à receita operacional, R\$1.942 em outras despesas financeiras, R\$738 em despesa de pessoal, R\$451 em outras despesas financeiras e R\$798 foram quitados junto ao Governo Federal.

28. Arrendamento mercantil

A CFLCL é arrendatária de um helicóptero, com opção de compra, mediante contrato de arrendamento mercantil no montante de R\$1.088 (R\$1.751 em 2000). As prestações vencem entre janeiro de 2002 e maio de 2003 e vêm sendo registradas no resultado pelo regime de competência. No exercício de 2001, essas despesas montaram a R\$677 (R\$606 em 2000), na controladora e no consolidado e foram registradas na rubrica Outras Despesas na Demonstração de Resultados.

29. Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

30. Instrumentos financeiros (Instrução CVM n.º 235/95)

a) Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da CFLCL e de suas controladas.

A administração avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

b) Valor de mercados dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis referentes as operação com empresas controladas constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projeto de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e aos consumidores, estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro. A Companhia não tem financiamentos em moeda estrangeira vinculados aos seus projetos de eletrificação.

c) Fatores de risco

Crédito

Possibilidade da CFLCL e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias . Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a CFLCL e suas controladas monitoram as contas a receber de consumidores, cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

Moeda estrangeira

Possibilidade da perda por conta de aumento nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A CFLCL e sua controlada Energipe, visando assegurar que oscilações não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuem em 31 de dezembro de 2001, operações de "swap" cambial no valor nominal total contratado de 48,6 milhões de dólares com encargos de Libor igual 3,94% e 4,06% a.a., acrescido de over libor de 1,25% a.a. , respectivamente. Referido "swap" limita o encargo financeiro desses contratos à variação do CDI, acrescido de 2,3% a.a. (CFLCL) e 1,9% a.a. (Energipe). No exercício findo em 31 de dezembro de 2001 foi apurado um resultado negativo nas operações de "swap" cambial no montante de R\$ R\$3.620 (R\$11.318 no consolidado).

Taxa de Juros

Possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Os demais valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado.

31. Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A CFLCL e suas controladas Energipe, Saelpa e CELB são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CFLCL) e de benefício definido (Energipe, Saelpa e CELB). Os planos de benefícios definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

A seguir, apresenta-se as características dos planos de benefícios:

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição Anual		% s/ folha de pagamento	Superávit (Déficit) Atuarial	
		2001	2000		2001	2000
CFLCL	Cat-Leo	318	418	2,10	-	-
Energipe	Inergus	1.330	1.283	7,53	(**) (12.729)	(12.647)
Saelpa	Funasa	2.788	1.471	13,80	(**) (33.038)	(33.906)
CELB	(*)	128	180	3,40	1.065	1.126

(*) administrado pelo BB Previdência

(**) R\$5.254, foi contabilizado no Passivo Circulante em Outras contas a pagar e R\$40.513 no exigível a longo prazo.

O Superávit referente ao Plano da CELB não foi registrado.

Segue a composição dos planos de benefícios definidos:

	Inergus		Funasa		CELB (*)	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000
Reservas matemáticas						
Benefícios concedidos	41.739	39.857	49.654	42.974	63	64
Benefícios a conceder:						
. Benefícios do plano com geração atual	26.185	19.696	41.186	40.909	393	5
. Outras contribuições da geração atual	(20.472)	(14.013)	(8.821)	-	-	-
	5.713	5.683	32.365	40.909	393	5
	47.452	45.540	82.019	83.883	456	69
Ativo líquido do plano	34.723	32.893	48.981	49.977	1.521	1.195
Superávit (déficit) acumulado	(12.729)	(12.647)	(33.038)	(33.906)	1.065	1.126

(*) gerido pelo BB Previdência.

Conforme facultado pela Deliberação CVM n.º 371, de 13 de dezembro de 2000, as controladas Energipe e Saelpa constituíram, em 31 de dezembro de 2000, provisões para cobertura dos déficit atuariais dos planos que patrocinam, bem como para os correspondentes efeitos tributários, de R\$4.173 e R\$11.051, respectivamente. Essas provisões foram registradas diretamente no Patrimônio Líquido, não impactando os resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2000 das controladas. O mesmo procedimento foi adotado pela Energisa S/A e pela CFLCL que registraram os montantes de R\$8.445 e R\$4.228, respectivamente, correspondentes às suas participações nas referidas provisões.

Premissas atuariais:

	CFLCL	Energipe	Saelpa	CELB
Taxa real anual de juros	-	6%	6%	6%
Tábua de mortalidade geral de válidos	-	CSO-58	GAMT 71	CSO-58
Tábua de mortalidade geral de inválidos	-	Ex - IAPC	Ex - IAPC	Ex - IAPC
Tábua de entrada em invalidez	-	IAPB-57	IAPB-57	HUNTER/A VINDAS
Despesa prevista para 2002	653	1.389	3.865	235

32. Resultado não operacional

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Receita				
Venda de ações:				
Energisa	-	101.376	-	101.376
Energipe	-	133.108	-	93.172
Ganho de capital por alteração de participação na controlada Energisa	-	20.646	-	20.646
Outros	2.809	5.536	2.981	7.524
Total	2.809	260.666	2.981	222.718
Despesa				
Custo das ações alienadas e ágio baixado:				
Energisa	-	82.653	-	82.653
Energipe	-	93.172	-	93.172
Outros	1.626	4.270	6.286	6.020
Total	1.626	180.095	6.286	181.845

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 25 de janeiro de 2000, foi aprovada a venda de 5.107.630 ações da Energisa S/A, correspondentes a 24,2% do capital total e votante da controlada para Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., pelo montante de R\$101.376. O valor contábil do ativo alienado nessa data era de R\$82.653, resultando num ganho na operação de R\$18.723.

Deliberada pela mesma reunião de 25 de janeiro de 2000, a Companhia realizou a venda de 6.112.300 ações da Energipe, correspondentes a 13,66% do seu capital social para a controlada Energisa S/A, pelo montante de R\$133.108. O valor contábil do ativo na data da alienação era de R\$93.172, sendo R\$59.198 relativos ao investimento e R\$33.974 relativos ao valor residual do ágio pago na aquisição das ações da Energipe. Como conseqüência, a Companhia teve um ganho, na operação, de R\$39.936.

33. Concessão do serviço público de energia elétrica

A CFLCL e suas controladas assinaram com a Aneel contratos de concessão de geração e distribuição de energia elétrica, renováveis pelo mesmo prazo de concessão, com as seguintes características:

Empresa	Data do Contrato	Prazo de Concessão	Término da Concessão
CFLCL	18/06/1999	20 anos	07/07/2015
CENF	18/06/1999	20 anos	07/07/2015
Energipe	23/11/1997	30 anos	23/11/2027
CELB	04/02/2000	30 anos	04/02/2030
Saelpa	15/01/2001	30 anos	15/01/2031

34. Programa emergencial - Racionamento

Devido ao baixo nível das principais bacias hidrográficas brasileiras observado no primeiro semestre de 2001, o Governo Federal instituiu, a partir de 1º de junho de 2001, um programa de racionamento de energia. As principais medidas adotadas podem ser assim resumidas:

- a) Cobrança de sobretaxas nas tarifas aos consumidores que não cumprissem a meta de redução de consumo, definida inicialmente numa redução de 20%;
- b) Distribuição de bônus para consumidores de determinadas faixas de consumo, que apresentassem redução superior à meta estabelecida;
- c) Autorização aos consumidores das classes industrial e comercial para realizarem diretamente compra e venda de energia elétrica, através da emissão de certificados de energia e/ou transações bilaterais, para cobertura dos excedentes às suas respectivas metas de consumo ou comercialização de suas sobras mensais.

Os certificados recebidos/emitidos foram registrados pela Companhia no MAE.

A CFLCL e suas controladas CENF, Energipe, CELB e Saelpa, contabilizaram os seguintes valores de custos a reembolsar, sobretaxa e bônus:

	2001	
	Controladora	Consolidado
Custos do racionamento – (Outros – Realizável a longo prazo)	1.526	5.077
Sobretaxa – (Outros – Exigível a longo prazo)	(1.777)	(12.583)
Bônus – (Outros – Realizável a longo prazo)	4.830	25.201
Total a reembolsar	4.579	17.695

35. Resultado por atividade

Em atendimento ao Ofício Circular n.º 838/2000 da ANEEL, apresenta-se as demonstrações dos resultados de atividades de geração, distribuição e da atividade atípica - participação societária permanente:

	2001			2000	
	Não auditado			Total	Total
	Geração	Distribuição	Atividades Atípicas		
Receita operacional					
Fornecimento	10.066	168.251	-	178.317	161.125
Suprimento de energia elétrica	-	51.776	-	51.776	5.424
Outras	1.370	10.071	-	11.441	10.738
	11.436	230.098	-	241.534	177.287
Deduções à receita operacional					
Quota reserva global de reversão	1.516	2.055	-	3.571	3.578
Impostos e contribuições	474	43.044	-	43.518	40.658
	1.990	45.099	-	47.089	44.236
Receita operacional líquida	9.446	184.999	-	194.445	133.051
Despesas operacionais					
Pessoal	3.460	17.397	-	20.857	19.282
Material	784	3.096	-	3.880	3.128
Serviço de terceiros	1.010	8.014	-	9.024	7.482
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	149	-	-	149	139
Energia elétrica comprada	-	77.006	-	77.006	48.714
Transporte de potência elétrica	-	6.281	-	6.281	5.527
Subvenções C.C.C.	-	6.239	-	6.239	7.077
Depreciação e amortização	2.020	10.914	-	12.934	11.440
Provisões	-	2.245	-	2.245	-
Outras	424	4.667	-	5.091	5.507
	7.847	135.859	-	143.706	108.296
Resultado do serviço	1.599	49.140	-	50.739	24.755
Resultado de participações societárias e amortização do ágio	-	-	(1.732)	(1.732)	6.778
Resultado financeiro	(1.513)	(33.583)	(11.742)	(46.838)	(68.046)
Resultado operacional	86	15.557	(13.474)	2.169	(36.513)
Resultado não operacional	-	1.254	(71)	1.183	80.571
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, imposto de renda, participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	86	16.811	(13.545)	3.352	44.058
Contribuição social	(6)	(1.646)	1.196	(456)	(2.726)
Imposto de renda	(20)	(4.421)	2.953	(1.488)	(3.317)
Lucro (prejuízo) antes das participações e reversão dos juros sobre o capital próprio	60	10.744	(9.396)	1.408	38.015
Participações de empregados e administradores	-	-	-	-	(1.284)
Lucro (prejuízo) antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	60	10.744	(9.396)	1.408	36.731
Reversão dos juros sobre o capital próprio	-	-	(1.660)	(1.660)	37.141
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	60	10.744	(11.056)	(252)	73.872

36. Evento Subseqüente

Conforme acordo de acionistas firmado entre a controlada indireta Energipe e Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda. ("Alliant"), esta ultima efetuou aporte de capital na PBPART-SE 1 S/A, controladora da Saelpa, em 31 de janeiro de 2002 no montante de R\$91.909.

Parecer dos Auditores Independentes

31 de Dezembro de 2001 e 2000

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina:

(1) Examinamos os balanços patrimoniais individual (controladora) e consolidado da COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA e controladas em 31 de dezembro de 2001 e 2000, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Companhias; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Companhias, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina e controladas em 31 de dezembro de 2001 e 2000, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

(4) Conforme comentado nas notas 6, 7 e 8, a Companhia e suas controladas registraram em suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2001 contas a receber relacionadas à recomposição tarifária para o período de racionamento e diferimento relativo à variação de valores da Parcela A (CVA), decorrentes da aplicação da Medida Provisória nº 14 (ainda sujeita à aprovação do Congresso Nacional) e Resoluções nº 90 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE. Adicionalmente, foram reconhecidos os valores relacionados à compra e à venda de energia elétrica realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, levando em consideração estimativas internas, conforme entendimentos preliminares mantidos junto à ANEEL, ainda não formalizados. Os valores relacionados à recomposição tarifária para o período de racionamento e diferimento relativo à variação de valores da Parcela A (CVA) serão realizados através de aumentos tarifários extraordinários, aprovados por resoluções específicas da ANEEL, bem como através de inclusão do CVA na análise anual dos reajustes de suas tarifas. Esses valores estão pendentes de revisão e homologação pela ANEEL.

Cataguases, 27 de março de 2002.

ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC-2-SP-123 “S”MG
Mauro Moreira
Sócio - Diretor Responsável
Contador CRC-1-RJ-072.056 “S”MG